

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DONIZETE SIMIONI, SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS – DAAE ARARAQUARA.

PROCESSO DAAE nº 6.441 DE 01/10/2020

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2020 (EDITAL nº 084/2020)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, CLASSES A, B E E, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS DO EDITAL.

UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.900.849/0001-11, com sede na Avenida João Baptista Mendes Ferraz, nº 1981, Bairro Portal das Laranjeiras, CEP 14.803.685, na cidade de Araraquara, por seu representante legal infra assinado, vem, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, com fulcro no artigo 41, §1.º da Lei 8.666/1993, apresentar tempestivamente **IMPUGNAÇÃO** aos termos do edital do pregão presencial em epígrafe, notadamente em relação às exigências contidas no subitem “b” do item “III – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O art. 12 do Decreto Lei 3.555/200 dispõe que:

“Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.”

Assim, considerando-se que a abertura dos envelopes de propostas e habilitação será no dia 22 de outubro de 2020, TEMPESTIVA a presente Impugnação ao Edital protocolada nesta data, motivo pela qual deve a mesma ser recebida em seus exatos termos.

II – DOS FATOS E DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Através do Processo DAAE nº 6.441 de 01/10/2020 foi tornado pública o Pregão Presencial nº 073/2020, do tipo menor preço por lote.

Aludido pregão presencial tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

Todavia, analisando o subitem “a” do item “IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL” do Edital verifica-se que a capacidade técnica do licitante deverá ser comprovada através da apresentação de:

a) Para a comprovação da CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, a Licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação, num período de 12 (doze) meses ou inferior que correspondem em aproximadamente 50 % do quantitativo do objeto contratual, admitindo-se a somatória de atestados inclusive, tendo como parcela de maior relevância, conforme Súmula 24 do TCE/SP e art. 30 da Lei nº 8.666/93:

✓ Prestação de Serviços de Transbordo, Transporte e Tratamento e Disposição Final de RSS grupos “A” e “E” num quantitativo de 180 (cento e oitenta) toneladas;

✓ ***Prestação de Serviços de Transbordo, Transporte, Tratamento e Disposição Final de RSS grupo "B" num quantitativo de 6 (seis) toneladas.***

Em amparo aos princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, especialmente os bons costumes e a isonomia entre seus participantes, verifica-se que o citado subitem do edital peca ao exigir das empresas licitantes a comprovação de aptidão através de atestados expedidos nos termos supra.

Com devida vênia, por melhores que sejam os desígnios do Edital ora impugnado, verifica-se que a supracitada exigência não merece prosperar, tão pouco se sustém, tendo em vista que a referida requisição não encontra qualquer fundamento em nosso ordenamento jurídico vigente, tão pouco, na lei de licitações (lei 8.666\93).

Entretanto, se não bastasse ausência de respaldo legal, o referido subitem exigiu das empresas interessadas a comprovação através de atestados de capacidade técnica afastando, por óbvio, a participação daquelas empresas que, não obstante possuam plenas condições de proceder ao cumprimento do objeto licitatório, não possuem tais atestados.

A exigência presente no subitem "a" do item "IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL" mostra-se absolutamente irregular, desatendendo aos princípios da licitação, de modo que esta não poderá ser mantida, sob pena de subversão do caráter competitivo que deve nortear o certame, o que, de certa forma, é expressamente vedado pela Lei 8.666/93, em seu art. 3º, § 1º, I, veja-se:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da

naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou **de qualquer** outra **circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**".

Segundo esses dispositivos, não pode haver no Edital de licitação exigências que afaste a participação de licitantes em evidente frustração do caráter competitivo do certame, tendo em vista que a igualdade entre os licitantes é princípio irrelegável na licitação.

Se não bastasse, a divergência que ora incide sobre o tema, forçoso esclarecer que o Art. 30, da Lei 8.666/93, ao tratar das exigências habilitatórias, mormente pertinentes à capacitação técnica dos licitantes, não fez qualquer previsão à possibilidade de o órgão licitante, no caso, o DAAE Araraquara exigir a comprovação de qualificação técnica através da apresentação de atestado(s) expedidos nos termos já mencionados, mas tão somente, prova de ter a capacidade para prestar serviços compatíveis com o objeto licitado.

Ou seja, o limite da discricionariedade que é lícito à administração reside, exclusivamente, na comprovação de possuir capacidade técnica-operacional do licitante (pertinente à empresa), bem com a capacidade técnica-profissional (relativa ao profissional integrante dos quadros permanentes da empresa e indicado como responsável técnico pela obra ou serviço).

Aliás, tal capacidade não necessita ter a sua comprovação adstrita à apresentação de atestado(s).

A Lei nº 8.666/93 não estabelece o modo de comprovação da capacitação técnico-operacional de empresas licitantes, devendo tal comprovação, portanto, ser estabelecida em cada caso, levando-se em conta a pertinência e compatibilidade a que se refere o inc. II do art. 30, bem como a noção de indispensabilidade, contida no inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal".

O subitem ora impugnado diverge da exigência legal, *in verbis*:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – (...);

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;"

Como se vê, a lei não fez menção a atestados de serviços prestados ou não, mas tão somente, prova da capacidade técnica, razão pela qual não há motivos suficientes para que seja mantida a exigência contida no subitem "a" do item "IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL" de apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, nos termos presentes no supracitado subitem.

Por fim, relevante ressaltar que os serviços que serão prestados pela empresa contratada para desempenhar o objeto previsto no Edital ora impugnado, não apresentam complexidade suficiente para que as exigências aqui discutidas sejam mantidas.

Ora, a empresa vencedora do certame terá somente a incumbência da coleta dos RSS, transporte dos resíduos até a unidade de tratamento.

Assim, é com clareza hialina que os serviços a serem executados não exigem complexidade técnica específica, não havendo nada que justifique as exigências editalícias ora impugnadas, razão, pela qual, o subitem ora guerreado merece modificação para que deixe de exigir os aludidos atestados.

Justamente pelo objeto não apresentar complexidade técnica, também não é exigido das empresas licitantes a indicação de responsável técnico, razão pela qual indagamos o motivo da exigência editalícia de apresentação dos referidos atestados?

O universo de empresas detentoras de tal atestado é diminuto e certamente onera consideravelmente o valor final da licitação.

Reafirma-se, que a manutenção das exigências contidas no subitem “a” do item “IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL” do edital em lume, extrapola os limites fixados em lei e viola os princípios constitucionais que regem a coisa pública, a luz das disposições contidas no inciso XXI, artigo 37 de nossa Magna Carta.

Dispõe o artigo 37, XXI da Constituição Federal:

A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.” (Grifos nossos)

A Jurisprudência e a doutrina, corroborando com o proposto, se posicionam da seguinte maneira:

“Visa à concorrência pública fazer com que maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório”. (TJRS, Agravo de Petição 11.383, RDP-14, pág. 240).

“1. É competência constitucional do TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município. 2. Exigir-se comprovação de capacidade técnica para

parcelas da obra que não se afiguram como sendo de relevância técnica e financeira, além de restringir a competitividade do certame, constitui-se em clara afronta ao estabelecido pelo art. 30 da Lei 8.666/93 e vai de encontro ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. 3. A inadequação das exigências editalícias relacionadas à avaliação de capacidade técnica, que atentam contra o princípio da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade, insculpidos no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e no art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos, conduz à anulação do procedimento licitatório". (Acórdão 170/2007 – Plenário – Tribunal de Contas da União – DOU 16/02/2007)

Ao analisar o retrocitado artigo 30 da Lei n.º 8.666/93, o Emérito Professor Marçal Justem Filho, em sua obra *"Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos"*, página 196, chegou a seguinte conclusão:

"Exigências proibidas: Na linha de proibir cláusulas desarrazoadas, estabeleceu-se que somente podem ser previstas no ato convocatório exigências autorizadas na Lei (art. 30, parágrafo 5º). Portanto, estão excluídas tanto as cláusulas expressamente reprovadas pela Lei 8666 como aquelas não expressamente por ela permitidas."

É também de expressivo valor a lição do Ministro HOMERO SANTOS:

"Não basta que haja processo de licitação. O importante é que as contratações públicas de obras, serviços, compras, alienações, concessões, locações e demais negócios jurídicos sejam efetuados com absoluto respeito às normas que regem a coisa pública, como garantia que toda sociedade deseja no sentido de que a Lei, o interesse público e a probidade administrativa prevaleçam nessas relações administrativas" (in Licitação: Instrumento de Moralidade Administrativa, Seminário ECT, Maceió/AL, DOU de 31/12/91).

Ao verificar o conteúdo da norma do artigo 41 da Lei 8.666/1993 o Magistrado Jessé Torres Pereira Júnior teceu o seguinte comentário:

“(...) para que o edital vincule legitimamente a Administração e os licitantes necessários é que todas suas cláusulas e condições conformem-se aos princípios regentes da matéria e à lei, seguindo-se que o edital não é peça intangível, ao inteiro alvedrio da Administração.”(Comentários À Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Jessé Torres Pereira Júnior)

Ao depararmos com o magistério de Hely Lopes Meirelles, “in” Direito Administrativo Brasileiro, Editora Revista dos Tribunais, destacamos o seguinte:

“No direito público, o que há de menor relevância é a vontade do administrador. Seus desejos, suas ambições, seus programas, seus atos, não tem eficácia administrativa no direito e na lei. Não é a chancela da autoridade que valida o ato e o torna obrigatório. É a legalidade a pedra de toque de todo Ato Administrativo.” (14ª Ed., pág.174)

“O poder administrativo concedido à autoridade pública tem limites certos e forma legal de utilização...” (13ª Ed.,pág. 89)

Conclui-se, para tanto, que a manutenção das disposições temporais contidas no subitem “a” do item “IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL, restringe a participação de eventuais interessados no processo licitatório em questão, consubstanciando-se em uma afronta ao disposto nos artigos 3.º e 30, §5.º da Lei 8.666/1993, além de violar os preceitos insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, devendo-se, assim, a presente impugnação ser recebida e acolhida em seus exatos termos para que sejam suprimidas as exigências contidas nas retrocitadas cláusulas.

III – DO PEDIDO

Ante o exposto, REQUER o deferimento desta Impugnação a fim de que seja retificado o Edital para suprimir a exigência de apresentação de atestado(s), conforme se depreende do seu subitem "a" do item "IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL", sob pena de desrespeito ao princípio da legalidade, vez que o Art. 3º da Lei 8.666/93 assevera que o processo de licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Araraquara, 19 de outubro de 2020.

Atenciosamente,

ANDRE VAGNER
ARAGONI:07873119874

Assinado de forma digital por ANDRE
VAGNER ARAGONI:07873119874
Dados: 2020.10.19 10:34:02 -03'00'

UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES EIRELI

Geólogo André Vagner Aragoni

Representante legal



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP

Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaeararaquara.com.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020
EDITAL Nº 084/2020
PROCESSO DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES EIRELI.
CNPJ/MF nº 00.900.849/0001-11
Av. João Baptista Mendez Ferraz nº 1.981- Portal das Laranjeiras
CEP: 14.803-685 – Araraquara - SP

DA IMPUGNAÇÃO

Em síntese, a empresa impugnante, UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES EIRELI, insurge-se contra a exigência de atestado para comprovação da capacidade técnica operacional da licitante.

Em sua argumentação, entende que tal exigência é irregular e desatende aos princípios da licitação. E, que sua manutenção subverte o caráter competitivo do certame.

Após farta argumentação, pede ao final, o acolhimento de sua impugnação com a finalidade de retificar o edital, suprimindo a exigência constante de seu subitem “a”, de seu item IV (Qualificação Técnica/Operacional).

Senhor Superintendente, com todo o respeito aos argumentos expendidos pela empresa impugnante, entendo que suas razões não merecerem prosperar, face aos seguintes motivos:

1) O objetivo da Autarquia ao lançar o presente Pregão Presencial nº 073/2020, cujo edital ora é impugnado, é selecionar a proposta mais vantajosa, formuladas por empresas especializadas na execução dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde.

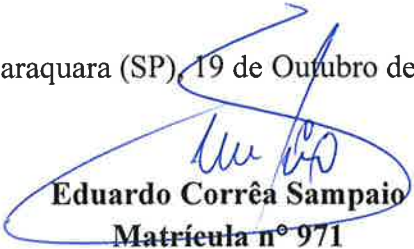
Para conseguir tal intento se faz necessário a exigência de atestado comprovando que empresa interessada tenha experiência anterior na execução dos serviços que estão sendo licitados.

2) A exigência de apresentação de atestado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, contida na alínea “a”, do inciso IV (Qualificação Técnica/Operacional), do item 8 do Edital, encontra amparo no inciso II, do artigo 30, da Lei Federal nº 8.666/1993.

3) Importante salientar que a própria lei que rege os procedimentos licitatórios prevê no inciso II, de seu artigo 27, a exigência de qualificação técnica das empresas licitantes. Portanto inconcebível a interpretação que a empresa impugnante tenta impor a legislação licitatória.

Por todo o exposto, após análise da argumentação contida na impugnação oferecida pela empresa UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES EIRELI, recomendo a Vossa Senhoria conhecer a impugnação por ser tempestiva e no mérito negar seu acolhimento, mantendo-se inalterados os itens e condições do Edital nº 084/2020, do Pregão Presencial nº 073/2020.

Araraquara (SP), 19 de Outubro de 2020



Eduardo Corrêa Sampaio

Matrícula nº 971

Pregoeiro



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara / SP

Telefone: (16) 3324 9555 – Atendimento – 0800 770 1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaeararaquara.com.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020
EDITAL Nº 084/2020
PROCESSO DAAE Nº 6.441 DE 01/10/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transbordo, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde, classes A, B e E, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES EIRELI.

CNPJ/MF nº 00.900.849/0001-11

Av. João Baptista Mendez Ferraz nº 1.981- Portal das Laranjeiras

CEP: 14.803-685 – Araraquara - SP

DECISÃO

Conheço da impugnação do edital oferecida pela empresa UNIPER HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÕES EIRELI. por ser tempestiva, mas no mérito nego-lhe provimento, conforme relatório do Pregoeiro, mantendo inalterados os itens e condições do Edital nº 084/2020, do Pregão Presencial nº 073/2020.

Araraquara (SP), 19 de Outubro de 2.020


Donizete Simioni
Superintendente

